

ADVOGADO

LÍNGUA PORTUGUESA

MARQUE A ALTERNATIVA CORRETA

UTILIZE O TEXTO I PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES DE 01 A 10.

Texto I

Dilema de mãe

Meu filho tem apenas 15 anos e vai a baladas que começam à meia-noite e nunca acabam antes das 4 horas. Fico acordada com a cabeça cheia de pensamentos ruins até ele voltar.

SER ADOLESCENTE IMPLICA batalhar por independência – e ela inclui desaparecer do ângulo dos adultos de vez em quando. De preferência nos momentos em que, até pouco tempo atrás era hora de estar na cama. É um processo normal, só que exige dos pais um esforço para se adaptar à nova realidade e controlar as emoções.

No seu caso, o vilão da história parece ser o medo, sentimento que só pode ser combatido se soubermos qual a sua origem. Existem motivos legítimos para você se preocupar, como a violência, as drogas e o próprio fato de que o adolescente naturalmente se expõe a maiores riscos. Nessa fase, ele começa a ter contato com o álcool e o sexo. Mas não tem jeito. A vida sempre foi cheia de perigos, e os pais sempre precisaram deixar os filhos caírem no mundo. Chegou a sua vez.

Para ficar tranqüila, você terá que dar ao seu rapaz um voto de confiança e, ao mesmo tempo, mostrar que pequenas atitudes da parte dele podem melhorar a sua vida. Veja bem: pequenas atitudes. Não exija demais só para garantir a si mesma uma boa noite de sono. Não faz sentido pedir que ele volte mais cedo, pois hoje em dia as festas começam à meia-noite. Também não é natural pedir que ligue a cada meia hora. Numa relação de confiança, bastam algumas medidas mais leves. Marque um horário para você ou ele ligar. Ofereça um lanche em casa, de vez em quando, para você conhecer melhor aos amigos de seu filho. Negocie os dias certos para as baladas. Elas podem ficar reservadas para os finais de semana, por exemplo. Se, mesmo depois de feitas as negociações, a insegurança persistir, o problema deve ser com você. Talvez não suporte a idéia de que ele fique longe ou não aceite que estabeleça vínculos com as

demais pessoas. Aproveite e avalie sua vida. Você tem outros interesses além de seu filho? Tem cuidado do espírito, do corpo, da saúde? É uma reflexão nessa fase, nem que para isso precise de ajuda profissional. Lembre-se que um adolescente grudado na saia da mãe fatalmente será um adulto inseguro. Tenha em mente que, em breve, seu menino vai querer sair de casa não mais por uma noite, mas por dias seguidos. É assim mesmo. Colo de mãe é insubstituível, sim. Mas os filhos precisam cada vez menos dele.

(Fernanda Paulino. Psicóloga)

1. O anafórico ela, utilizado em “...e ela inclui desaparecer do ângulo...”(1º parágrafo), substitui,

- (A) adolescente.
- (B) implica.
- (C) batalhar.
- (D) independência.
- (E) visão.

2. Qual dos períodos abaixo indica que, em consequência da evolução dos tempos, a maneira de viver do adolescente mudou?

- (A) SER ADOLESCENTE IMPLICA batalhar por independência – e ela inclui desaparecer do ângulo dos adultos de vez em quando.(1º parágrafo)
- (B) De preferência nos momentos em que, até pouco tempo atrás era hora de estar na cama. (1º parágrafo)
- (C) É um processo normal, só que exige dos pais um esforço para se adaptar à nova realidade e controlar as emoções. (1º parágrafo)
- (D) No seu caso, o vilão da história parece ser o medo, sentimento que só pode ser combatido se soubermos qual a sua origem. (2º parágrafo)
- (E) Existem motivos legítimos para você se preocupar, como a violência, as drogas e o próprio fato de que o adolescente naturalmente se expõe a maior riscos. (2º parágrafo)

3. Sobre o texto, é correto afirmar que:

- (A) Reproduz, em seu todo, o relato de uma mãe que tem filho adolescente.
- (B) Procura dar informações importantes sobre a atual situação dos adolescentes, no Brasil.
- (C) Reproduz alguns conselhos de uma psicóloga para minimizar as preocupações de uma mãe.

ADVOGADO

(D) Tem por objetivo orientar os pais com relação a filhos problemáticos.

(E) Na sua chamada, a autora retrata sua angústia enquanto psicóloga.

4. Na maior parte do texto, a autora se dirige, diretamente, a

(A) um adolescente.

(B) qualquer leitor.

(C) qualquer pessoa interessada em obter informações sobre a adolescência.

(D) estudantes de psicologia.

(E) uma mãe preocupada com um filho adolescente.

5. De acordo com o texto, o vocábulo parece, utilizado em "...parece ser o medo, sentimento que..."(2º parágrafo), semanticamente, relaciona-se melhor com a palavra

(A) sinceridade.

(B) esperteza.

(C) insegurança.

(D) incerteza.

(E) igualdade.

6. Se substituirmos o verbo existir, empregado em "Existem motivos legítimos para você se preocupar, como a violência,..." , pelo verbo haver, mantendo o mesmo tempo verbal, teremos:

(A) Haverá motivos legítimos para você se preocupar, como a violência,...

(B) Haverão motivos legítimos para você se preocupar, como a violência,...

(C) Haviam motivos legítimos para você se preocupar, como a violência,...

(D) Havia motivos legítimos para você se preocupar, como a violência,...

(E) Há motivos legítimos para você se preocupar, como a violência,...

7. Qual o objetivo principal da autora ao construir este texto?

(A) Mostrar que não se pode fugir da realidade da vida.

(B) Recomendar aos pais que busquem sempre maneiras que possam super proteger os filhos.

(C) Mostrar que, quando se tem filhos, tem-se que estar sempre atento a tudo que eles fazem para poder defendê-los das maldades do mundo.

(D) Fazer com que os pais cobrem atitudes que lhes permitam controlar a vida noturna dos filhos.

(E) Partilhar com os filhos os perigos e as preocupações com relação à realidade do mundo em que se vive.

8. Em "Ofereça um lanche em casa, de vez em quando, para você conhecer melhor aos amigos de seu filho.", a oração em destaque é reduzida de infinitivo. Esta mesma oração, quando desenvolvida, corresponde a:

(A) você ter conhecimento melhor dos amigos de seu filho.

(B) serem conhecidos melhor os amigos de seu filho.

(C) que você conheça melhor aos amigos de seu filho.

(D) você ir conhecendo melhor aos amigos de seu filho.

(E) o conhecimento melhor dos amigos de seu filho.

9. O período "Aproveite e avalie sua vida.", apresenta, em sua composição, duas orações. A relação apresentada entre estas duas orações é de

(A) adição.

(B) alternância.

(C) explicação.

(D) conformidade.

(E) temporalidade.

10. Sobre o último parágrafo do texto, é incorreto afirmar que

(A) nele a autora procura fazer algumas recomendações no trato com os adolescentes.

(B) o verbo utilizado em seu último período, quanto à regência, é de natureza intransitiva.

(C) apresenta períodos simples.

(D) apresenta, na sua estrutura, períodos compostos

(E) ele foi construído mesclando relações de dependência e equivalência entre as orações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MARQUE A ALTERNATIVA CORRETA

11. Sobre a Teoria do Poder Constituinte, é **incorreto** afirmar que:

(A) a idéia de um poder constituinte surge com a publicação do opúsculo de Emmanuel Joseph Siéyès, intitulado "O que é o terceiro estado?", em princípio de 1789, cujo valor filosófico-político-jurídico é válido, ainda, em nossos dias.

ADVOGADO

(B) Com o advento da Revolução Francesa, surge a importante doutrina acerca da soberania nacional. Por conseguinte, para Emmanuel J. Siéyès, a Constituição é gerada por um poder especial, que é o poder constituinte, cujo titular é a nação.

(C) Na teoria de Emmanuel J. Siéyès, o poder constituinte é um poder absoluto, incondicionado, criador da Constituição, emanando dele toda a seiva político-administrativa para a criação do ordenamento jurídico.

(D) A natureza do poder constituinte não é política, mas jurídica, conforme os ensinamentos de Emmanuel J. Siéyès. Considerando-se que o conceito de povo transcende o conceito de nação, é imprescindível a participação direta da comunidade nas decisões políticas, para que surja uma vontade geral. Por derradeiro, torna-se desnecessário haver representantes da nação.

(E) Para Emmanuel J. Siéyès, não se deve confundir as concepções de povo e nação. Povo é a soma dos indivíduos subordinada a um poder. Nação corresponde à personificação da comunidade, o conjunto dos interesses coletivos, nas expressões do passado, presente e futuro.

12. Sobre a ação Popular no ordenamento jurídico brasileiro, é **incorreto** afirmar:

(A) Trata-se de garantia individual destinada a anular atos lesivos ao patrimônio de entidades públicas. Leva em conta, principalmente, a moralidade administrativa, estimulando o cidadão a se tornar um guardião do patrimônio público.

(B) Sabendo-se que a finalidade da ação popular é fazer de todo cidadão um fiscal do poder público, dos gastos feitos com recursos públicos; tem legitimação ativa para propor ação popular o cidadão, a pessoa jurídica e o Ministério Público.

(C) Em caso de procedência da ação popular, temos as seguintes conseqüências: invalidade do ato impugnado; condenação dos responsáveis e beneficiários em perdas e danos; condenação dos réus às custas e despesas com a ação, bem como honorários advocatícios, produção de efeitos de coisa julgada *erga omnes*.

(D) Para estimular à propositura da ação popular, a Carta Magna estabeleceu que o autor ficará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé. Esta previsão constitucional visa a impedir a má utilização da ação popular, sobretudo, para fins político-partidários levianos.

(E) A competência para processar e julgar a ação popular será determinada pela origem do ato a ser anulado, aplicando-se as normais regras constitucionais e legais de competência. Assim, as hipóteses de competência originária previstas na Constituição Federal para o mandado de segurança não se aplicam ao instituto da ação popular, em razão da ausência de previsão constitucional expressa.

13. O repúdio ao terrorismo constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Em caso de dano causado por ato terrorista, é correto afirmar que concerne ao posicionamento do Estado brasileiro

(A) Responder, com base na teoria do risco integral.

(B) Responder, com fulcro na teoria do risco administrativo.

(C) Não responder, com fundamento na teoria da irresponsabilidade do Estado.

(D) Responder, com supedâneo na teoria da responsabilidade subjetiva.

(E) Não responder, em razão da teoria da responsabilidade com culpa.

14. A proteção à infância e à juventude, contida no inciso XVI, do artigo 24 da Constituição Federal, trata de que espécie de competência legislativa do estado-membro?

(A) Competência exclusiva.

(B) Competência comum.

(C) Competência concorrente-suplementar.

(D) Competência material.

(E) Competência taxativa.

15. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, é **incorreto** afirmar, no que tange ao adolescente, que:

(A) É direito do adolescente ser informado de sua situação processual sempre que solicitado.

(B) É possível ocorrer incomunicabilidade quando se tratar de adolescente privado de liberdade.

(C) O adolescente tem o direito a permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável.

(D) É dever do estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

(E) Deve ser tratado com respeito e dignidade, bem como habitar alojamento em condições adequadas

ADVOGADO

de higiene e salubridade, pois estes são direitos do adolescente privado de liberdade.

16. Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, é **incorreto** afirmar, no que se refere ao Advogado, que:

(A) Assim como no processo comum, nos procedimentos ordenados pelo ECA, a presença do advogado será sempre indispensável, por imperativo constitucional, seja ele constituído livremente pelo interessado, ou seja ele o defensor público.

(B) Nos casos em que a criança ou o adolescente esteja sendo assistida ou assistido a pelo defensor público ou advogado dativo, qualquer pessoa com legitimidade no interesse moral e jurídico sobre o assunto pode constituir advogado por sua conta própria.

(C) O Supremo Tribunal Federal já declarou que a indisponibilidade do advogado somente será arredada nos casos de *habeas corpus*, juizados especiais (pequenas causas) e justiça do trabalho. Quanto a justiça da infância e juventude, não há qualquer exceção à regra geral da exigência de capacidade postulatória.

(D) Na falta ocasional do defensor que funciona nos autos de determinada causa, o ato não deve ser procrastinado, se houver na comarca outro defensor legalmente habilitado a advogar, segundo o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB ou a legislação da assistência judiciária.

(E) Sem advogado-defensor, titular ou substituído, o ato processual será válido de pleno direito, em razão da justiça da infância e juventude se constituir em exceção à regra geral da exigência da capacidade postulatória. A *ratio* dessa premissa é facilitar o acesso à justiça.

17. O Recurso Administrativo será interposto por meio de requerimento contendo os fundamentos do pedido de reexame, tendo como início da contagem do prazo a data a partir da ciência ou da divulgação pelo órgão competente. Neste caso, o prazo para a interposição do recurso é de

- (A) 15 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 5 dias.
- (D) 8 dias.
- (E) 3 dias.

18. Analise as assertivas a seguir, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar.

I- O Processo Administrativo não pode prescindir da sindicância para sua instauração válida.

II- São princípios norteadores do processo administrativo: a legalidade objetiva, oficialidade, formalismo moderado, verdade material ou real, garantia da ampla defesa e do contraditório e publicidade.

III- Na sistemática constitucional vigente, é perfeitamente admitida, no Processo Administrativo Disciplinar, a aplicação do princípio da verdade sabida.

IV- Nas infrações punidas, com advertência ou suspensão de até 30 dias, poderá a penalidade ser aplicada na sindicância, dispensando o Processo Administrativo Disciplinar, garantindo, entretanto, o pleno exercício do direito de defesa e do contraditório, sob pena de nulidade.

V- No Processo Administrativo Disciplinar não é critério obrigatório a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinaram a decisão.

São corretas apenas as assertivas:

- (A) II e IV.
- (B) III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e V.
- (E) I, IV e V.

19. Em relação à desapropriação indireta ou apossamento administrativo de bem imóvel de particular, oriundo da não observância, pela Administração Pública, do processo legal de desapropriação, é correto afirmar que:

(A) A afetação do patrimônio particular é procedimento lícito e suficiente para incorporar o bem à Fazenda Pública.

(B) O Poder Público não poderá regularizar a transferência do imóvel pelo usucapião extraordinário, caso o particular não requeira indenização no tempo hábil de 20 anos.

(C) O prazo prescricional para a ação de indenização por desapropriação indireta é de cinco anos.

(D) Caberá retrocessão ao proprietário, no caso de desapropriação indireta, para reaver o seu imóvel.

(E) O imóvel, objeto de desapropriação indireta já incorporado ao patrimônio público, poderá ser objeto de reivindicação.

ADVOGADO

20. No que concerne à Moderna Teoria Geral dos Contratos, analise as assertivas a seguir:

I- Não se constituem em uma regulamentação de interesses para se obter resultados econômicos.

II- São tomados hoje como um processo que visa a um objetivo que através dele se alcança.

III- Em regra, predomina na atualidade os contratos massificados em contraposição com o contrato bilateral.

IV- O Estado cada vez mais limita a liberdade para contratar, estabelecendo regras, considerando a função social de cada tipo de contrato, se constituindo esta a sua projeção externa, o fim social e econômico que se quer obter.

V- Em conseqüência do processo de globalização, as partes passaram a sofrer menos limitações pelo Poder Público à liberdade de contratar.

São corretas apenas as assertivas.

(A) I, II, III.

(B) II, III, IV.

(C) III, IV, V.

(D) II, IV, V.

(E) I, III, V.

21. O Código Civil prevê, entre outras modalidades de doação, as elencadas abaixo. Analise as assertivas a seguir e marque a alternativa correta sobre uma modalidade de doação **nula**:

I- Doação com encargo ou modal: consiste na doação em que o donatário assume uma determinada obrigação.

II- Doação remuneratória: doação causal, motivada pelo desejo do dador de remunerar o donatário por um serviço prestado que não foi cobrado.

III- Doação em contemplação do merecimento: doação causal, motivada pelo fato meritório do donatário.

IV- Doação universal: é a doação de todos os bens, sem reserva de parte ou renda suficiente para a sobrevivência do doador.

V- Doação com clausula de retorno ou regresso consiste em doação condicional, que se desfaz se o donatário morrer antes do doador.

(A) I.

(B) II.

(C) III.

(D) IV.

(E) V.

22. Analise as assertivas a seguir e marque a alternativa correta, considerando que a

responsabilidade objetiva, baseada na ausência de culpa, satisfaz-se apenas com o dano e o nexo de causalidade, nesta forma se enquadrando a responsabilidade dos responsáveis pelo incapaz.

I- Não caberá nenhuma obrigação de indenizar os responsáveis pelo incapaz.

II- Os bens dos incapazes são indisponíveis.

III- Somente respondem os responsáveis, independentemente de culpa ou dolo.

IV- Primeiramente respondem os responsáveis e, caso não sejam suficientes os meios disponíveis para pagamento, respondem os incapazes.

V- Os pais e tutores não respondem se provarem que não foram negligentes na guarda; e os pais que emancipam o incapaz não respondem pelos atos ilícitos praticados, *a posteriori*, pelo mesmo.

(A) I.

(B) II.

(C) III.

(D) IV.

(E) V.

23. Considerando a Teoria Geral do Processo Civil, analise as assertivas e marque a alternativa **incorreta** sobre a suspensão do processo:

I- Quando a sentença de mérito não depender do julgamento de outra causa ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente.

II- Mediante a convenção das partes.

III- Quando há oposta exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal.

IV- Promovida a suspeição ou impedimento do juiz do feito.

V- Morte ou perda da capacidade processual das partes, procurador ou representante legal.

(A) I.

(B) II.

(C) III.

(D) IV.

(E) V.

24. Analise as assertivas a seguir, com relação ao seguinte:

O Réu, em conseqüência do princípio da eventualidade, deverá alegar em sua peça de Contestação toda a matéria de defesa, não sendo em regra completada no futuro, salvo,

I- Na hipótese do art. 301, IX, do CPC, que trata da Convenção de arbitragem.

ADVOGADO

II- Poderá alegar fato novo de defesa, em grau de recurso especial ou extraordinário, independentemente do prequestionamento.

III- Quando a parte levantar como defesa as matérias constantes no art. 301 do CPC – inexistência ou nulidade da citação; incompetência absoluta; inépcia da petição inicial; perempção; litispendência; coisa julgada; conexão; incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização; convenção de arbitragem; carência de ação; falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar.

IV- Versar sobre direito superveniente a sua contestação.

V- Quando a matéria suscitada versar sobre as previstas no art. 301 do CPC, com exceção do inciso IX, que versa sobre a convenção de arbitragem, por se tratarem de questões de ordem pública, que não sofrem a preclusão.

São corretas apenas:

(A) I e III.

(B) II e IV.

(C) IV e V.

(D) III e V.

(E) I e II.

25. Analise as assertivas a seguir, com relação ao seguinte: Nos termos do que estabelece o Código de Processo Civil, no que se refere ao pedido formulado pelo autor.

I- Deverá ser, sem exceções, certo e determinado.

II- Poderá apresentar pedido genérico nas ações universais, se não puder o autor individualizar os bens demandados.

III- Na sistemática do Código do Consumidor, caberá formulação de pedido genérico, nas ações coletivas para defesa de direito homogêneo.

IV- No caso que o devedor possa cumprir a obrigação por mais de um modo, por causa de sua natureza.

V- Não é lícito formular pedidos sucessivos e nem cumular, num único processo, contra o mesmo réu, vários pedidos, mesmo sendo compatíveis entre si.

São corretas apenas as assertivas:

(A) I, II, III.

(B) III, IV, V.

(C) IV, II, V.

(D) II, III, IV.

(E) I, III, V.

26. Com relação aos Embargos Declaratórios, analise as assertivas a seguir.

I- Não cabe de decisões interlocutórias.

II- No regime do Código de Processo Civil, não interrompem o prazo para o recurso seguinte.

III- No regime dos juizados especiais, interrompem o prazo para o recurso seguinte.

IV- É cabível contra o ato judicial sentença em que haja omissão, obscuridade, contradição, e não contra o conteúdo deste ato, ou seja, não se destina a alterar o julgamento.

V- Sendo meramente protelatório, não sujeita o Embargante a nenhuma penalidade, podendo impetrar recurso seguinte.

Assertiva correta:

(A) V.

(B) IV.

(C) III.

(D) II.

(E) I.

27. Quanto a informação:

O agravo é o recurso disponível contra decisões interlocutórias, devendo ser interposto no prazo de 10 dias, por instrumento, ou retido nos autos. Sobre a modalidade Retido nos Autos, são corretas as assertivas:

I- O agravo retido exige o recolhimento de custos e traslado de peças.

II- Interposto das decisões proferidas em audiência, verbalmente ao próprio juiz que proferiu a decisão recorrida, reduzido a termo e por escrito das decisões prolatadas, após impetração da apelação.

III- Na forma escrita, ou pode ser interposto do não acolhimento do Recurso Especial.

IV- Não evita a preclusão temporal de decisões proferidas em audiência, possibilitando a imediata retratação pelo juiz;

V- Apreciação pelo Tribunal só em caso de apelação com pedido de reiteração pelo apelante nas razões e o apelado nas contra razões, sob pena de presumir-se perda de interesse.

(A) I e V.

(B) II e IV.

(C) III e II.

(D) II e V.

(E) IV e V.

28. Em relação ao Recurso Especial, analise as assertivas a seguir.

ADVOGADO

I- Pelo sistema vigente não é mais admissível o prequestionamento.

II- O recorrente pode suscitar, pela primeira vez, matéria não argüida e decidida pelo órgão inferior de jurisdição.

III- Pode ser interposto, sem ter havido esgotamento dos recursos a serem interpostos no Tribunal original, recolhendo-se custas processuais para sua admissibilidade.

IV- É admitida a sua interposição contra decisão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis.

V- Somente é admissível se o recorrente faz argüição de matéria anteriormente apreciada e decidida pelo grau inferior de jurisdição, ratificando seu enfrentamento pelo mesmo, restringindo as razões à matéria de direito.

A assertiva correta é:

(A) IV.

(B) V.

(C) I.

(D) III.

(E) II.

29. Sobre a Sentença normativa no Direito do Trabalho, é incorreto afirmar:

(A) Denomina-se Sentença Normativa a decisão dos Tribunais Regionais do Trabalho ou do Superior Tribunal do Trabalho no julgamento dos dissídios coletivos.

(B) A Constituição Federal (artigo 114, *caput* e parágrafo 2º) deu competência à Justiça do Trabalho para estabelecer normas e condições de trabalho.

(C) A Sentença Normativa não gera efeito *erga omnes*, pois não vale para todas as pessoas integrantes da categoria econômica e profissional envolvidas no dissídio coletivo.

(D) É por meio da sentença normativa em dissídio coletivo que serão criadas, modificadas ou extintas as normas e condições aplicáveis ao trabalho, gerando direitos e obrigações a empregados e empregadores.

(E) Ao decidir um conflito coletivo fixando normas e condições de trabalho, a Justiça do Trabalho exerce um poder normativo, portanto, a Sentença Normativa constitui realmente uma das fontes peculiares do Direito do trabalho.

30. Sobre o trabalho do menor no Brasil, é incorreto afirmar:

(A) Há uma tendência no sentido da eliminação da exploração do trabalho infantil, a utilização dos serviços das crianças e adolescentes em trabalhos inadequados e prejudiciais à sua moralidade, saúde ou integridade física, além do excesso do tempo de trabalho em detrimento da escolaridade.

(B) Menor empregado é todo aquele que trabalha segundo as características da definição geral de empregado da CLT. Trata-se de menor, com menos de 18 anos, que presta serviços subordinados, contínuos e remunerados a empregador que terá a garantia de todos os direitos trabalhistas previstos na CLT, com algumas especificações destinadas à sua proteção.

(C) São exemplos de normas legais de proteção à escolaridade, segundo a CLT: dever dos pais de afastar os menores de empregos que diminuam consideravelmente suas horas de estudo; manutenção pelos empregadores de local apropriado para ministrarem instrução primária em certas condições; a concessão de férias no emprego coincidentes com as férias na escola; proibição de fracionar a duração das férias. O ECA proíbe todo trabalho do menor de 14 anos, salvo o aprendiz, mas ressalva o trabalho educativo.

(D) A duração da jornada diária de trabalho do menor empregado não é a mesma do adulto: 8 horas. Na verdade, esta jornada diária é de 6 horas, os intervalos são diferenciados, sendo facultativas as horas extraordinárias. Quando o menor for empregado em mais de uma empresa, somam-se todos os horários, como se fossem um emprego só, sendo proibido ultrapassar o total de 6 horas diárias de trabalho.

(E) São exemplos de proibições ao trabalho do menor, conforme a CLT: trabalho noturno, assim considerado aquele a partir das 22 horas; trabalho em ambiente insalubre, com periculosidade ou capaz de prejudicar a moralidade; trabalho em ruas, praças e logradouros públicos, salvo prévia autorização do juiz de menores; trabalho que demande o emprego de força muscular superior a 20 quilos, se contínuo, ou 25 quilos, se ocasional.

ADVOGADO

REDAÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS

1. A sua redação deverá ser escrita, rigorosamente, dentro do limite de 10 a 25 linhas. O candidato que não cumprir com esta determinação será penalizado com a perda de 6,0 pontos.
2. Não serão avaliadas as redações que contenham qualquer assinatura ou marca identificadora.
3. Os textos que subsidiam a sua proposta de redação apresentam informações que o ajudarão a desenvolver o seu texto. Consulte-os e utilize-os sem, no entanto, copiá-los.
4. As redações feitas de lápis serão desconsideradas.
5. Se as instruções relativas ao tema não forem seguidas, a redação será anulada.
6. Utilize este boletim como rascunho e passe a sua redação definitiva para o Formulário de Redação.
7. Caso você dê um título à sua redação, a linha não será computada dentre as 10 ou as 25 exigidas como mínimo e máximo.
8. A sua redação será avaliada, levando-se em consideração o tipo de texto solicitado; coerência e coesão textual e respeito à norma culta.

PROPOSTA DA REDAÇÃO

Os fragmentos abaixo apresentam dados, fatos e opiniões sobre a Violência contra a mulher, tema focalizado, inclusive, em uma novela exibida pela rede Globo de Televisão.

A partir dos fragmentos aqui apresentados e das informações que você tem sobre o assunto, elabore um texto predominantemente dissertativo dando a sua opinião sobre este tema.

Fragmento 1

“A cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil. A violência física e verbal destrói a auto-estima.” (Cecília Soares)

Fragmento 2

“Apoio a vítima de violências: Durante 24 anos, a auxiliar de enfermagem P.O., 49 anos, mãe de quatro filhos, apanhou do marido. ‘No início, eu achava que ele iria mudar; com o tempo, passei a acreditar que, para mim, não existia vida sem agressão física’, recorda. As coisas só mudaram há três anos, quando ela foi buscar ajuda no Centro Integrado de Atendimento à mulher (Cedim).” (idem)

Fragmento 3

“A mulher tem vergonha de apanhar, medo de não conseguir criar os filhos se o marido for embora e sente, muitas vezes, culpa. Isso impede que denuncie o agressor e rompa o relacionamento.” (Cecília Soares)

- 01 _____
- 02 _____
- 03 _____
- 04 _____
- 05 _____
- 06 _____
- 07 _____
- 08 _____
- 09 _____
- 10 _____
- 11 _____
- 12 _____
- 13 _____
- 14 _____
- 15 _____
- 16 _____
- 17 _____
- 18 _____
- 19 _____
- 20 _____
- 21 _____
- 22 _____
- 23 _____
- 24 _____
- 25 _____
- 26 _____